

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

AUREA SUELY ZAVAM

UF *m* G UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

FALE
FACULDADE
DE LETRAS

PosLin

Relatório de Estágio Pós-doutoral

Identificação: Aurea Suely Zavam

Instituição de origem: Universidade Federal do Ceará

Portaria de Afastamento: nº 2708, de 09 de junho de 2015

Período do Estágio Pós-doutoral: 01 de agosto de 2015 a 31 de julho de 2016

Instituição em que realizou o pós-doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – FALE / POSLIN

Registro nº: 2015741709

1 O PERCURSO: à guisa da Introdução

Ao ingressar como docente na Universidade Federal do Ceará, em 2009, passei a compor a Unidade de Prática de Ensino, que responde pelas disciplinas de estágio no curso de Letras. Ministrando tais disciplinas, tive oportunidade de acompanhar os graduandos nas experiências iniciais com o fazer docente. E nesse exercício, sempre me inquietei com as dificuldades e limitações que os (futuros) professores vivenciavam com as atividades rotineiras próprias do ensino e aprendizagem da língua. Muitas dessas dificuldades e limitações, como sabemos, estão atreladas a diversos fatores: o processo de formação/capacitação do professor; a desconexão entre saber docente e saber discente; algumas crenças (superadas) sobre o ensino de leitura e escrita; a falta de apoio a projetos inovadores; o desempenho (desalentador) do aluno; o pouco investimento em equipamento/estrutura das escolas, sobretudo o necessário para atender as demandas do universo digital; entre outros. Minha inquietação e esse quadro de motivos, que acredito poder ser revertido – não por meio de uma única medida, mas por ações somativas, me fizeram buscar saber mais sobre o ensino e a aprendizagem da língua como forma de intervir nessa situação.

Um dos meios que encontrei para a pretensa intervenção foi desenvolver uma pesquisa pós-doutoral que olhasse mais detidamente para o ensino e a aprendizagem da leitura, pois, sempre que uma questão sobre o insucesso da escola é levantada, as respostas desembocam, invariavelmente, no domínio da leitura e da escrita, sobretudo o da primeira, visto como responsável pelo sucesso (ou fracasso) escolar.

Movida por essa intenção, procurei o Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais,

particularmente a profa. Dra. Carla Viana Coscarelli, reconhecida pelas contribuições que vêm dando, ao longo dos anos, ao ensino da leitura, em especial ao que diz respeito à leitura em ambientes digitais.

Iniciei, então, o estágio pós-doutoral em agosto de 2015, precisamente na semana de 03 a 07, quando mantive os primeiros contatos presenciais com minha supervisora, a professora Carla. Essa semana foi muito proveitosa para mim. Tive oportunidade de conhecer mais de perto o trabalho desenvolvido pelo projeto *Redigir*, sob a coordenação da professora, bem como algumas ações desenvolvidas no âmbito do projeto, como o programa de rádio *Enchendo a Linguística*, assim como alguns resultados do projeto de pesquisa *Leitura online*, em desenvolvimento pela professora desde 2014. Também tive a rica oportunidade de discutir pessoalmente com a professora sobre minha inquietação (o quadro preocupante do ensino e aprendizagem de leitura) e primordialmente sobre o projeto de pesquisa que eu havia submetido a sua apreciação para o ingresso como aluna do pós-doutorado. Eu queria conversar, mas, sobretudo, ouvir, sobre os rumos que pretendia dar a minha pesquisa.

Ao me aproximar mais dos estudos e achados do projeto *Leitura online*, fui percebendo que havia ali um espaço privilegiado onde eu poderia me engajar e ainda atender mais pontualmente a minha inquietação. Foi assim que eu e minha supervisora decidimos dar outro direcionamento ao meu projeto inicial. Em vez de focar na atuação de professores de língua portuguesa nas aulas de leitura, eu viraria o olhar especulativo para os alunos e passaria a investigar as habilidades e estratégias de que se valem estudantes do ensino fundamental diante da leitura em ambiente digital. Fiquei muito satisfeita com esse redirecionamento, pois, além de continuar focada no meu objeto de pesquisa, a leitura, minha investigação se somaria aos propósitos do projeto *Leitura online*, e eu ainda recorreria a mesma tecnologia e a mesma metodologia para a coleta e análise dos dados propostas pela professora. Com o projeto *Leitura online*, a professora Carla, por sua vez, vem dando continuidade aos estudos desenvolvidos em seu estágio pós-doutoral, com a professora Julie Coiro, da University of Rhode Island (URI).

Terminado o período desse contato inicial, voltei a Fortaleza com muitas ideias, sugestões de leitura e um projeto a ser feito. Estive dedicada e essa tarefa nos meses de agosto e setembro. Paralelamente fui mantendo contato com a Secretaria de Educação do Município de Fortaleza (SME-Fortaleza) a fim de viabilizar a pesquisa. Eu precisaria aplicar uma tarefa a alunos do 7º ano do ensino fundamental e para isso eu precisaria dispor de alguns dias em uma escola da rede pública

municipal. Procurei a SME, pois a competência do ensino fundamental cabe prioritariamente ao município (Constituição Federal, art, 211, §2º) e, portanto, somente aquele órgão poderia me conceder autorização para ir à escola coletar os dados.

Para minha surpresa, fiquei sabendo que o governo municipal atual, em nome de uma pretensa modernização, havia fechado bibliotecas e laboratórios de informática de várias escolas; somente poucas continuavam com seus laboratórios em funcionamento. Além disso, as escolas públicas do Ceará têm restrição tanto de acesso a determinados sites considerados impróprios quanto de implantação de programas ou aplicativos; os chamados filtros de controle. Esse era um entrave que até então eu não supunha e que teria de contornar. No momento, eu precisava finalizar o novo projeto. E o fiz ainda em setembro (cf. Anexo).

Em outubro estive devotada a conseguir autorização da SME para me dirigir a uma escola onde eu pudesse desenvolver o projeto. Enquanto aguardava resposta da SME, ia realizando a revisão da literatura que subsidiaria a pesquisa, e assim dando conta do estado da arte.

Para coletar e obter os dados, combinei com minha supervisora de que a tarefa não mais seria aplicada coletivamente. A ideia inicial era que o instrumento pudesse ser aplicado em 2 ou 3 aulas em um laboratório de informática da escola, o que não demandaria muito tempo. Todos os alunos participantes receberiam a instrução (desenvolver uma pesquisa em sites previamente indicados) e a realizariam em duplas nos computadores da escola, nos quais eu implantaria o programa *Camtasia Studio*¹. Diante da impossibilidade de implantar o tal programa por causa dos filtros de controle, eu levaria, então, o meu notebook, com o programa instalado, e aplicaria a tarefa por dupla de alunos. O tempo para a coleta de dados precisou, assim, ser expandido; o que eu faria em duas semanas, com a nova realidade precisaria, no mínimo, de dois meses consecutivos.

Como se aproximava do final da 4ª etapa letiva, ficava praticamente impossível começar a coletar os dados, pois, nessa época do ano, os professores não poderiam permitir a saída de alunos, que estariam com a atenção voltada para os exames finais. Diante desse quadro, decidi começar a coleta logo no início do ano letivo seguinte. E continuei com minhas leituras e outras atividades acadêmicas.

Em fevereiro de 2016, dirijo-me, então, a escola para finalmente começar a aplicar o instrumento da pesquisa. Entrei em contato com a diretora, que me apresentou aos professores que cederiam os alunos que poderiam estar comigo. Deixamos tudo acertado: dois dias por semana, eu iria à escola e durante duas aulas em cada dia eu estaria com as duplas de alunos para a realização da tarefa.

Mais uma vez o imprevisível se interpôs em meu caminho. As escolas municipais entraram em greve no dia 12 de fevereiro². Entrei em contato com minha supervisora para saber se eu poderia desenvolver a pesquisa com alunos de outra série, também do ensino fundamental, porque eu procuraria outra escola fora da rede municipal. Diante da resposta afirmativa, procurei uma ex-aluna minha, que sabia eu ser professora da rede estadual. Falei com ela do problema que eu enfrentava com a greve nas escolas municipais e pedi que consultasse a diretora da escola onde trabalhava sobre a possibilidade de eu desenvolver minha pesquisa nessa escola. Fui muito bem acolhida pelo corpo gestor e pelos professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cláudio Martins. Essa escola ainda mantém alunos do 8º e 9º anos, porque atendia a esse segmento, que passou a ser da responsabilidade do município, como já afirmei; mas, quando esses alunos concluírem o ensino fundamental, passará a ser só de ensino médio, cuja competência cabe prioritariamente ao estado.

Comecei, então, a coletar os dados com alunos das duas turmas do 8º ano, já no dia 24 de fevereiro. Passei a ir a escola às quartas e quintas, no horário das 10h das 11h40, para me encontrar com as duplas de alunos. Eu recebia uma dupla em cada horário para uma atividade que durava cerca de trinta a quarenta minutos. Cada dupla precisaria de dois encontros para a conclusão da tarefa. Seriam 08 duplas (16 alunos) e 16 encontros. Tirando os dias em que não pude coletar dados ou porque foi paralisação dos professores (15 a 17/03 e 20/04) ou porque houve festividade na escola (23 e 24/03) ou porque foi uma semana de provas bimestrais (04 a 08 de abril), ou ainda porque foi feriado (municipal, 13/04; nacional, 21/04), o fato é que do início da coleta (24/02) até o dia 25 de abril, data em que as escolas estaduais entraram em greve³ (sim, em greve!), eu havia contabilizado somente 09 encontros. Tinha, portanto, gravado a primeira parte da tarefa das 08 duplas, mas somente a segunda

² Cf. notícia a respeito em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/02/professores-de-fortaleza-decidem-manter-greve-apos-assembleia.html>.

³ Cf. notícia sobre em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/05/greve-dos-professores-do-ce-chega-um-mes-com-52-escolas-ocupadas.html>

parte de 01 dupla. Assim, a greve se instaurou, e eu ainda não havia coletado todos os dados.

Era minha intenção encontrar-me mais uma vez com minha supervisora no final de abril quando previ que estaria já com todos os dados coletados e transcritos. O encontro seria para discutirmos os procedimentos e categorias de análise. Mas o imprevisível mais uma vez se interpôs e desta vez me pregou uma peça: eu havia desistido da escola municipal por ter entrado em greve e justamente, quando já tinha iniciado a pesquisa na escola estadual, esta também entrou em greve.

Não me dei por vencida. Fui assim mesmo ao encontro com minha supervisora, como previsto, no período de 27/04 a 05/05, e somente pude mostrar dados muito parciais, incompletos. Pouco pudemos avançar sobre a análise. A ida ao PosLin não deixou, entretanto, de ser produtiva e enriquecedora. Estive interagindo com bolsistas e outros integrantes dos projetos *Leitura online* e *Redigir* e também com os alunos da disciplina, presencial, ofertada para alunos de Mestrado e Doutorado do PosLin, *A leitura em ambientes digitais*. Participei ativamente das aulas dos dias 27/04 e 04/05, quando foram discutidos aspectos teóricos relativos à leitura como um processo de investigação na prática e foram apresentadas atividades e matrizes de leituras propostas pelos alunos. Ainda que tenham sido somente dois encontros (de um total de 15, o que equivale à carga horária de 60h/a), foram bastante significativos para a consolidação de meus conhecimentos, pois discutíamos temáticas específicas que estavam sempre atreladas ao letramento digital, tema da minha pesquisa.

De volta a Fortaleza, com as escolas estaduais ainda em greve⁴, e sem previsão para o retorno às aulas⁵, passei, então, a me dedicar à escrita do artigo, fruto da pesquisa, como previsto no projeto de estágio pós-doutoral. Como não consegui concluir a coleta dos dados, acertei com minha supervisora de ir desenvolvendo o artigo e deixando a parte da análise e discussão dos dados para ser concluída quando eu tiver com os registros e entrevistas (1º e 2º encontros) de todos os participantes. Ainda nesse período (maio e junho), estive voltada para a apresentação da pesquisa no V COGITE - Colóquio sobre Gêneros & Textos e a participação, também com resultados da pesquisa, na XXVI Jornada no GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste.

⁴ Cf. <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/06/greve-dos-professores-estaduais-completa-40-dias-no-ceara.html>

⁵ Cf. <http://www.cearaagora.com.br/site/2016/06/professores-pedem-mediacao-da-assembleia-para-por-fim-a-greve/>

Passo, então, a descrever, de forma mais pontual, as atividades que realizei durante o estágio pós-doutoral para logo em seguida tecer minhas considerações finais.

2 ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 PARTICIPAÇÃO EM DISCIPLINAS

Disciplina **Letramento Digital** (Turma 01), no Curso de Especialização em Linguagem, Tecnologia e Ensino (LTE), ministrada pela Profa. Dra. Carla Viana Coscarelli, no segundo semestre de 2015, com carga horária de 60 horas.

Disciplina **Letramento Digital** (Turma 05), no curso de Especialização em Ensino de Línguas Mediado por Computador (ELMC), ministrada pela Profa. Dra. Carla Viana Coscarelli, no segundo semestre de 2015, com carga horária de 30 horas.

A participação nas disciplinas ofertadas pelo TelEduc foi muito enriquecedora para mim, pois me possibilitou acompanhar o desenvolvimento das atividades propostas e a interação entre alunos e formadores nessa modalidade de ensino.

No período de 27 de abril a 05 de maio deste ano, participei, ainda, de dois encontros da disciplina **A leitura em ambientes digitais** (Seminários de Tópicos em Variação Linguística Aplicada – turma A). No dia 27/04, as discussões em grupo estiveram voltadas para o tema da semana: A leitura em múltiplas fontes; já no dia 04/05, as atividades se voltaram para a apresentação, discussão e avaliação de tarefas e matrizes de leituras propostas pelos alunos. Foi bastante produtivo porque aprendi muito, tanto com a interação com os alunos e a professora (momento de socialização dos trabalhos desenvolvidos pelos membros de cada grupo), quanto com as leituras indicadas no plano de ensino para a realização de tais atividades (material teórico), principalmente porque focalizavam a leitura, tema de meu interesse, independentemente de ser ou não realizada em ambientes digitais.

2.2 PARTICIPAÇÃO EM BANCAS

2.2.1 Participação em bancas examinadoras de conclusão de Dissertação de Mestrado

a) Programa de Pós-Graduação em Letras (ProfLetras-UFC) – *A educação dialógica no ensino de produção de textos em língua portuguesa* – Cláudia Cristina Carneiro Franco – 09 de agosto de 2015.

b) Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL-UFC) – *Atividades de produção oral em língua inglesa na EAD: um estudo na licenciatura a distância de letras inglês da universidade federal do Ceará* – Emanuelle Sales Cavalcante – 27 de agosto de 2015.

c) Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA-UECE) – *Cartas administrativas do século XVIII da capitania do Ceará* – Monique Cordeiro Martins de Sousa – 20 de janeiro de 2016.

d) Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL-UFC) – *Tradições discursivas em gêneros jurídicos: um estudo sobre o gênero denúncia em processos criminais dos séculos XX e XXI* – Ticiane Rodrigues – 04 de março de 2016.

e) Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL-UFC) – *Tradições discursivas em resenhas acadêmicas: mudanças e permanências entre os séculos XX e XXI* – Jorge Luis Queiroz Carvalho – 14 de abril de 2016.

Das cinco bancas de conclusão das quais participei nesse período, quatro foram na Universidade Federal do Ceará e uma na Universidade Estadual do Ceará. A parceria entre a UECE e a UFC vem se revelando cada vez mais profícua, não só pela participação em bancas, mas, sobretudo, pela cooperação entre grupos de pesquisa que congregam professores de ambas as instituições. Foi justamente como membro do grupo de pesquisa Praetece – Prática de Edição de Textos do Estado do Ceará⁶, da UECE, que fui examinadora da dissertação defendida no PosLA. O Praetece assim como o Tradice - Tradições Discursivas do Ceará⁷, grupo de pesquisa que coordeno, desenvolvem estudos que se voltam para o resgate e a preservação de documentos que fizeram (fazem) a história do Ceará, olhando para seus aspectos sociais, históricos, linguísticos e discursivos.

Gostaria de salientar que as duas primeiras dissertações citadas tomaram o ensino como objeto de estudo, razão pela qual aceitei participar das respectivas bancas de defesa; a primeira como avaliadora e a segunda como orientadora. O compromisso com o ensino e a formação do professor é o que tem movido a maior parte das minhas ações acadêmicas, como destaquei anteriormente. De outra parte, constatar que uma ação da CAPES, no caso o Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), cujo propósito é promover a capacitação de professores de língua portuguesa do ensino fundamental e conseqüentemente contribuir com o aumento

da qualidade do ensino no País, tem sido exitosa é muito gratificante, pois significa que o investimento na tarefa de capacitar/formar os professores traz certamente bons resultados.

2.2.2 Participação em banca examinadora de Qualificação de Mestrado

- a) Programa de Pós-Graduação em Letras (ProfLetras-UFC) – *O texto autobiográfico na sala de aula: uma proposta para o ensino e a aprendizagem da sequência narrativa* – Flávia Cavalcante Rocha – 14 de dezembro de 2015.
- b) Programa de Pós-Graduação em Letras (ProfLetras-UFC) – *Leitura de tirinhas no 9º ano: desenvolvendo a compreensão através de sequência didática* – Raquel Nunes Nocrato – 18 de dezembro de 2015.
- c) Programa de Pós-Graduação em Letras (ProfLetras-UFC) – *Produção escrita no Ensino Fundamental: uma proposta para trabalhar a referência anafórica* – Patrícia Gomes Bezerra Ribeiro – 18 dezembro de 2015.
- d) Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL-UFC) – *Mudanças no letramento acadêmico: questões de linguagem e identidade* – Roberta Gleyciângela Souza Lopes – 18 de abril de 2016.
- e) Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL-UFC) – Mestrado – *Reelaboração de gêneros: uma questão para a sala de aula* – Raudete Cunha Feitosa – 20 de junho de 2016.

Todos os cinco projetos de dissertação exploram aspectos ligados ao ensino e/ou a formação do professor. As três pesquisas que estão sob minha orientação (a, c, e), além de investigar dificuldades de escrita de alunos do ensino fundamental, propõem atividades para serem desenvolvidas em sala de aula, visando a superação, senão total, ao menos parcial, de tais dificuldades. Ainda que tenham foco na escrita, a leitura é considerada, para o alcance dos objetivos traçados, como estreitamente imbricada à tarefa de produzir textos. As outras duas, também voltadas para o ensino e a formação do professor, focalizam mais especificamente a questão da leitura.

Avalio que a experiência que tive, ao participar das disciplinas no PosLin, voltadas para a leitura, contribuiu para ampliar meus conhecimentos e para tornar mais produtivo o meu papel de orientadora e avaliadora.

2.3 ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS

- a) Emanuelle Sales Cavalcante (PPGL-UFC) – *Atividades de produção oral em língua inglesa na EAD: um estudo na licenciatura a distância de letras inglês da universidade federal do Ceará* – Emanuelle Sales Cavalcante – 27 de agosto de 2015.

b) Ticiane Rodrigues (PPGL-UFC) – *Tradições discursivas em gêneros jurídicos: um estudo sobre o gênero denúncia em processos criminais dos séculos XX e XXI* – 04 de março de 2016.

c) Jorge Luis Queiroz Carvalho (PPGL-UFC) – *Tradições discursivas em resenhas acadêmicas: mudanças e permanências entre os séculos XX e XXI* – 14 de abril de 2016.

Tão gratificante quanto contribuir com a formação do professor é conduzir a formação de novos pesquisadores, principalmente por serem os três professores de ensino fundamental de escolas públicas.

Ainda que os dois últimos tenham se voltado para a análise de gêneros olhando para exemplares de sincronias passadas, seus trabalhos certamente agregarão conhecimento à atuação profissional de cada um, pois ambos, em suas respectivas práticas docentes, seguem orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que recomendam o ensino da leitura e da escrita tomando por base os gêneros textuais. Saber mais sobre determinado gênero significa compreender mais o fenômeno de interação social. E compreendendo melhor o engendramento da interação social mais se está apto a trabalhar com a língua e suas formas de manifestação.

2.4 ORIENTAÇÕES EM ANDAMENTO

a) Flávia Cavalcante Rocha (Mestrado/ProfLetras-UFC) – *O texto autobiográfico na sala de aula: uma proposta para o ensino e a aprendizagem da sequência narrativa* – Início: novembro de 2014.

b) Patrícia Gomes Bezerra Ribeiro (Mestrado/ProfLetras-UFC) – *Produção escrita no Ensino Fundamental: uma proposta para trabalhar a referência anafórica* – Início: novembro de 2014.

c) Raudete Cunha Feitosa (Mestrado/PPGL-UFC) – *Reelaboração de gêneros: uma questão para a sala de aula* – Início: março de 2015.

d) Fábio Rodrigo Bezerra de Lima (Mestrado/PPGL-UFC) – *Letramento digital na prática dos professores de Inglês graduados no curso de Letras da UFC Virtual* – Início: março de 2016.

e) Fernanda Maria da Serra Costa (Mestrado/ProfLetras-UFC) – *Olimpíada de Língua Portuguesa: um caminho para o trabalho dos professores* – Início: março de 2016.

f) Francisco Marques Sampaio (Mestrado/PPGL-UFC) – *Estratégias textual-discursivas dos infográficos na composição do gênero notícia na WEB* – Início: março de 2016.

g) Leonildo Lima de Farias (Mestrado/PPGL-UFC) – *A multimodalidade em questões de compreensão leitora da prova de Língua Portuguesa do ENEM* – Início: março de 2016.

h) Mayara de Souza Ferreira (Mestrado/ProfLetras-UFC) – *A construção da argumentação em artigos de opinião produzidos por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental* – Início: março de 2016.

Atuando no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal do Ceará, oriento atualmente quatro alunos de mestrado. Já no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Letras (ProfLetras), oriento outros quatro alunos. Todos relacionados a questões de ensino e aprendizagem, o que consolida meu propósito de contribuir com o ensino e a formação de professores, tanto de língua portuguesa quanto de língua estrangeira.

2.5 PRODUÇÃO TÉCNICA

2.5.1 PARECER TÉCNICO

a) Revista Encontros de Vista – parecerista do artigo *Análise dialógica dos textos de apresentação de gramáticas escolares do português* – agosto de 2015.

b) Revista Estudos Linguísticos (São Paulo, 1978) – parecerista do artigo *A leitura de hipertextos nas aulas de Língua Portuguesa* – novembro de 2015.

c) Revista Estudos Linguísticos (São Paulo, 1978) – parecerista do artigo *Gêneros discursivos e a prática pedagógica no ensino de língua portuguesa no ensino fundamental I: análise discursiva dos dizeres de sujeitos-professores de 4º e 5º ano* – janeiro de 2016.

d) Revista Estudos Linguísticos (São Paulo, 1978) – parecerista do artigo *Tiras cômicas, produção de sentido e ensino de Língua Portuguesa: o livro didático e o caderno de apoio e aprendizagem* – março de 2016.

e) Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários – parecerista do artigo *Marcadores Discursivos: análise argumentativa e dialógica no gênero discursivo artigo de opinião* – junho de 2016.

f) Processo de seleção dos programas PIBIC, PIBIC-EM e PIBITI da UERN - Edição 2016/2017 – avaliadora de cinco projetos de pesquisa, a saber:

g) *Responsabilidade enunciativa em textos acadêmico-científicos de pesquisadores iniciantes e experientes: um estudo de estratégias de reformulação do discurso do outro* – abril 2016

ii) *Sintagmas terminológicos: uma ampliação do glossário da gramaticalização segundo a Linguística Funcional* – abril 2016

iii) *A “atividade” de ensinar a ler e a escrever: um estudo mediado pela pesquisa colaborativa* – abril 2016

iv) *A escrita em concursos públicos: investigando práticas e crenças – Etapa II* – abril de 2016

v) *Interlíngua: uma análise dentro da fala dos alunos do curso de Letras/espanhol do CAMEAM* – maio 2016

h) Processo de avaliação de trabalhos para a XXVI Jornada no GELNE (11 a 14 de outubro de 2016, Recife-PE) – avaliadora de trinta e oito resumos de comunicação individual ou pôster – abril e maio de 2016.

i) Resposta a recursos administrativos decorrentes do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico Administrativo em Educação Edital UFC N° 191/2015 – emissão de parecer sobre a validade do gabarito de sete das dez questões da prova de Língua Portuguesa – novembro de 2015.

Emitir parecer técnico para diferentes trabalhos da mesma comunidade discursiva (artigos para periódicos, resumos para eventos acadêmicos) é sempre uma oportunidade de ampliar conhecimentos, pois entramos em contato com trabalhos que estão sendo desenvolvidos, por pesquisadores já constituídos.

Da mesma forma, é gratificante poder contribuir com a formação de pesquisadores que ensaiam seus primeiros passos, como é o caso de projetos de pesquisa PIBIC.

2.5.2 PROVA PARA CONCURSO PÚBLICO

Edital N°191/2015 – Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico-Administrativo em Educação – Campus da UFC em Fortaleza – Cargo Assistente em Administração – Elaboração da prova de Língua Portuguesa e de Redação – outubro de 2015.

Não é a primeira vez que elaboro prova para concurso público. Para mim, é sempre desafiadora essa tarefa, pois me possibilita avaliar minha capacidade de colocar em prática a exploração de conteúdos quase sempre iminentemente gramaticais sob o viés da Linguística Textual. E com a experiência no PosLin, depois de aprender sobre uma nova abordagem da leitura, certamente a minha proposta de elaboração para questões de compreensão de textos receberá um olhar multidisciplinar, próprio da teoria que estudei.

2.5.3 REVISÃO TÉCNICA DE ITENS

15ª Oficina Descentralizada do Banco Nacional de Itens (BNI)/INEP – Revisão de itens da área de Linguagens e Códigos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – outubro e novembro de 2015.

Desde 2010 atuo como colaboradora (elaboradora de itens) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC. Em 2012, passei a exercer também a função de parecerista do Banco Nacional de Itens (BNI), especialista do INEP para a revisão de itens que possuam pareceres divergentes; e em 2014 passei, ainda, a compor a Comissão Técnico-Pedagógica para os Exames sob a responsabilidade da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB)/INEP da área de Língua Portuguesa.

Essas são atribuições que exerço com enorme satisfação, pois me permitem, além de conjugar teoria e prática, estar sempre atualizada com as questões do ensino da língua portuguesa.

2.6 PRODUÇÃO INTELECTUAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

2.6.1 Artigos completos a serem publicados em periódicos

- a) ZAVAM, Aurea; COSCARELLI, Carla. *Leitura em ambientes digitais: o que (des)conhecemos sobre o know-how dos alunos* (em fase de conclusão).
- b) ZAVAM, Aurea. *E-mail: um gênero em (des)uso?* (em fase de elaboração).

Como fruto da pesquisa desenvolvida, estou produzindo, em coautoria com minha supervisora, um artigo, que se encontra em processo de finalização. O texto visa apresentar os dados da pesquisa.

Individual e paralelamente, iniciei a escrita de um artigo que surge de uma questão não levantada (e nem imaginada) no meu projeto de pesquisa: o pouco (ou quase nulo) uso que os alunos fazem do gênero email.

Ambos os artigos estão fundamentados na Teoria da Complexidade, que permite conceber a leitura como um processo complexo e que fundamenta a pesquisa que desenvolvi.

2.6.2 Trabalhos completos publicados em anais

RODRIGUES, Ticiane; ZAVAM, Aurea. Tradições discursivas em gêneros jurídicos dos séculos XX e XXI: um estudo sobre o gênero denúncia no processo-crime. *Anais do IX Congresso Internacional da Abralin*, Abralin; PPGL; UFPA, p. 2157- 2171, 2015. ISSN 2179-7145.

Além de trabalhar com a leitura, desenvolvo e oriento pesquisas na área das tradições discursivas, paradigma teórico que possibilita identificar e analisar

fórmulas textuais prototípicas, percebendo-lhes traços de permanência e vestígios de mudança.

Este trabalho resultou de um projeto PIBIC do qual Ticiane Rodrigues foi bolsista e posteriormente orientanda de mestrado.

2.6.3 Resenha de livro

ZAVAM, Aurea; ALEXANDRE, Leila Rachel B. Resenha do livro *Tecnologias para aprender*, organizado por Carla Viana Coscarelli, para a *Revista Presença Pedagógica* n. 129 – maio de 2016.

Aliando o estudo ao trabalho, em coautoria com uma aluna de doutorado do PosLin e orientanda da profa. Carla Coscarelli, produzi a resenha do último livro lançado pela professora. Foi uma experiência bastante enriquecedora, pois, além de ser a primeira vez em que atuo como resenhista, tive a oportunidade de interagir, por meio de um processo de escrita compartilhada, com a pesquisadora que esteve comigo em uma mesa-redonda no V Cogite, Colóquio sobre Gêneros & Textos.

2.6.4 Resumos publicados

a) ZAVAM, Aurea. A referenciação em textos de sincronias passadas: um estudo com editoriais de jornal. *Caderno de resumos do IX Congresso Internacional da Abralín*. Belém : ABRALIN, p. 635-637, 2015. ISBN: 978-85-68990-00-1

b) RODRIGUES, Ticiane; ZAVAM, Aurea. Tradições discursivas em gêneros jurídicos dos séculos XX e XXI: um estudo sobre o gênero denúncia no processo-crime. *Caderno de resumos do IX Congresso Internacional da Abralín*. Belém: ABRALIN, p. 645, 2015. ISBN: 978-85-68990-00-1

c) ZAVAM, Aurea. Leitura em ambientes digitais: investigando habilidades e revendo saberes docentes. *Caderno de resumos e programação do V Cogite*. Teresina: Núcleo Cataphora/UFPI, p. 19-20, 2016. ISSN: 2318-5937

d) ZAVAM, Aurea. Habilidades e dificuldades de alunos diante da leitura em ambientes digitais. Resumo aceito na sessão de Simpósio Temático da *XXVI Jornada do Gelne*, a se realizar, na UFRPE, de 11 a 14 de outubro de 2016.

e) RODRIGUES, Ticiane; ZAVAM, Aurea. O gênero discursivo denúncia na perspectiva diacrônica: um diálogo com as tradições discursivas. Resumo aceito na

sessão de Simpósio Temático da *XXVI Jornada do Gelne*, a se realizar, na UFRPE, de 11 a 14 de outubro de 2016.

Os trabalhos refletem as áreas em que venho atuando: tradições discursivas e formação de professor, especificamente com questões relacionadas à leitura e a escrita de alunos do Ensino Fundamental e Médio.

2.6.5 Capítulo de livro

a) CAVALCANTE, Mônica M.; BRITO; Mariza Angélica P.; ZAVAM, Aurea. Intertextualidade e ensino. In: MARQUESI, Sueli C.; PAULIUKONIS, M. Aparecida Lino; ELIAS, Vanda M. (Org.) *Linguística textual e ensino*. (publicação do GT de Linguística Textual e Análise da Conversação da ANPOLL). São Paulo: Contexto (no prelo).

b) GOMES, Valéria S.; ZAVAM, Aurea. O editorial de jornal: revisitando a história de um gênero. In: ANDRADE, Maria Lúcia da C. Vitorio de O.; GOMES, Valéria S. (Editoras). *Tradições discursivas no português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*, volume 7. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Editor geral). *Historiando o Português Brasileiro*. (encaminhado a duas editoras; aguardando resposta)

c) ZAVAM, Aurea; PINHEIRO, Adson Rodrigo S. Peças introdutórias de processos criminais: um estudo linguístico-histórico. In: XIMENES, Eloísio Expedito; NUNES, Ticiane R. (Org.). *Estudos filológicos no Nordeste*. (encaminhado à editora; aguardando resposta)

As publicações se referem à área de ensino e à de tradições discursivas, com foco no estudo de gêneros voltado para exemplares de sincronias passadas. Meu objetivo agora é focar também na área de leitura, particularmente a que diz respeito ao exercício dessa prática em ambientes digitais.

2.7 APRESENTAÇÃO DE TRABALHO EM EVENTOS

a) *V Cogite*, realizado, na UFPI, de 15 a 17 de junho de 2016 – Participação na mesa-redonda “Letramento, gêneros textuais e tecnologias digitais”, com o trabalho “Leitura em ambientes digitais: investigando habilidades e revendo saberes docentes”.

b) *XXVI Jornada do Gelne*, a se realizar, na UFRPE, de 11 a 14 de outubro de 2016 – Participação na mesa-redonda “Historicidade da língua e do texto à luz das Tradições Discursivas, com o trabalho “Tradições Discursivas em autos de querela: uma análise dos dêiticos espaciais e temporais”.

c) *XXVI Jornada do Gelne*, a se realizar, na UFRPE, de 11 a 14 de outubro de 2016 – Comunicação no Simpósio Temático “A escola em tempos digitais – ensino de línguas e tecnologias”, com o trabalho “Habilidades e dificuldades de alunos diante da leitura em ambientes digitais”.

Eventos acadêmicos são sempre excelente oportunidade de estar em contato com o que está sendo investigado e produzido sobre o tema com o qual estamos comprometidos, assim como sobre temas afins. É ainda oportunidade de dialogar com nossos pares, conhecer diferentes perspectivas sobre o mesmo objeto de pesquisa. Não só o que estamos investigando, mas também o de nossos orientandos.

A experiência é ainda bastante produtiva quando interagimos com outros pesquisadores, ao participarmos das discussões promovidas nos diversos simpósios que compõem a programação de um evento. E isto se deu mais uma vez neste evento de que participei em junho, o V Cogite. Pude estar em vários desses encontros e participar ativamente das discussões ao final de cada sessão.

No V Cogite, pude apresentar resultados parciais da minha pesquisa e trocar saberes com os outros pesquisadores que compunham a mesa e os participantes que estavam na plateia. Foi um ótimo feed-back.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver um projeto de pesquisa que investiga questões relacionadas à leitura foi para mim desafiador. Ultimamente vinha dedicando meus estudos, ora sobre os gêneros textuais, olhando, sobretudo, para exemplares de sincronias passadas, ora sobre os fenômenos ligados à textualidade, em particular à referenciação. A minha atuação em disciplinas da Prática de Ensino e principalmente o meu ingresso no ProflLetras fizeram reafirmar em mim o desejo e o compromisso de me engajar ainda mais no processo de ensino e aprendizagem da língua na educação básica, área de que desfruto de relativa familiaridade devido aos anos de exercício profissional nesse segmento.

A interação com ações do projeto Redigir bem como com disciplinas ministradas no PosLin serviram como uma oportunidade significativa para meu crescimento profissional e acadêmico. Sem dúvida, integrarei esses novos conhecimentos a minha prática docente na UFC, já no próximo semestre quando retorno de meu estágio pós-doutoral.

Além dessa aprendizagem, poder produzir um artigo, fruto da pesquisa empreendida, em co-autoria com minha supervisora é uma experiência que somará

não só no nível pessoal e profissional, mas também no nível institucional, visto tratar-se de uma produção comum aos dois programas: PosLin (UFMG) e PPGL (UFC).

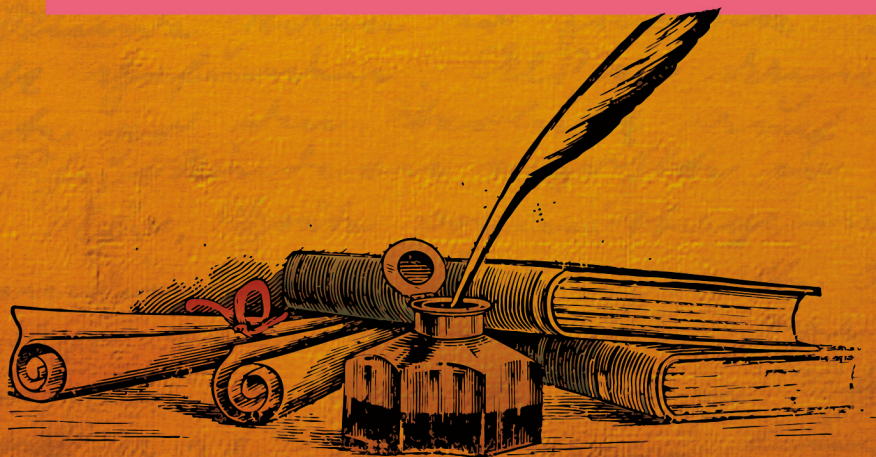
Por fim, não poderia deixar de salientar que os resultados a que a pesquisa empreendida me permitiu chegar vão certamente, por um lado, contribuir um pouco mais com os estudos sobre leitura em ambientes digitais, e, por outro, com os professores que se empenham na tarefa de desenvolver habilidades de leitura e na de tornar seus alunos leitores críticos e proficientes tanto de textos impressos quanto de textos digitais multimodais.

Fortaleza, 08 de julho de 2016.

Aurea Suely Zavam
Professora da UFC
Pós-Doutoranda na UFMG

**EXPEDITO ELOÍSIO XIMENES
TICIANE RODRIGUES NUNES**
ORGANIZADORES

**ESTUDOS FILOLÓGICOS E
LINGUÍSTICOS NA BAHIA,
NO CEARÁ E EM SERGIPE**



Estudos filológicos e linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe
© 2019 *Copyright by* Expedito Eloísio Ximenes e Ticiane Rodrigues Nunes

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



Coordenação Editorial

Erasmu Ruíz

Diagramação e Capa

Narcélio Lopes

Revisão geral

Ticiane Rodrigues Nunes e Andrezza Alves Queiroz

Revisão de texto

Adriana Marly Sampaio Josino, Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida e
Wagner Rodrigues Loiola

Ficha Catalográfica

Lúcia Oliveira – CRB: 3/304

E82 Estudos filológicos e linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe
 [recurso eletrônico] / Organizado por Expedito Eloísio Ximenes,
 Ticiane Rodrigues Nunes. - Fortaleza : EdUECE, 2019.
 Livro eletrônico.
 ISBN: 978-85-7826-771-1 (E-book)
 1. Filologia. 2. Linguística. 3. Linguística - Nordeste. I. Ximenes,
 Expedito Eloísio. II. Nunes, Ticiane Rodrigues. III. Título.

CDD: 410

PEÇAS INTRODUTÓRIAS DE PROCESSOS CRIMINAIS: UM ESTUDO LINGUÍSTICO-HISTÓRICO¹

Aurea Zavam
Adson Rodrigo Silva Pinheiro

Resumo: A finalidade maior desta investigação é contribuir com uma área de estudos pouco explorada (sobretudo no Brasil), a linguística histórica dos gêneros, que se volta para análises de variados gêneros textuais produzidos em sincronias passadas, a fim de resgatar suas manifestações mais remotas. O propósito é, pois, melhor compreender as implicações sociais, históricas, linguísticas e discursivas da constituição e circulação dos gêneros. A concepção que norteia esta pesquisa é a de tradição discursiva, gestada no seio da Filologia Românica alemã e utilizada na descrição histórica das línguas. O conceito foi proposto por Koch (1997) e adotado por Kabatek (2004, 2005a, 2008), entre outros romanistas alemães. Nesse âmbito, este trabalho desenvolve um estudo sobre um gênero do domínio jurídico, valendo-se do modelo das Tradições Discursivas e das contribuições da História Social. À luz da proposta teórico-metodológica de Zavam (2009), esta investigação visa, então, a análise tanto de aspectos contextuais quanto de textuais, uma vez que busca compreender como a sociedade do século XX interagia por meio de textos que circulavam na esfera jurídica. Para tanto desenvolve um estudo descritivo-analítico acerca

¹ Agradecemos a Ticiane Rodrigues (UFC) pela coleta e transcrição dos textos no desenvolvimento de projeto PIBIC e mais ainda por ter dado continuidade ao estudo em sua pesquisa de mestrado.

das tradições discursivas de peças introdutórias de processos-crimes, datados do século XX e registrados no Estado do Ceará, os quais se encontram abrigados no Arquivo Público do Ceará (APEC). Os resultados obtidos permitem mostrar as transformações que se deram no interior de aspectos composicionais que constituem o gênero sob análise, além de evidenciar que certas características marcantes de um gênero são resultado de sua construção histórica e social.

Palavras-chave: História Social e história dos gêneros. Tradições discursivas. Gêneros jurídicos. Análise de gêneros textuais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar em contextualizar documentos é refletir sobre aspectos da relação entre história e linguagem. Na natureza arquivista, o passado e as relações e experiências humanas e as práticas fazem parte daquilo que se quer interpretar como acontecimento histórico concretizado como texto. Relacionar experiências distintas no tempo e no espaço é perceber o documento como resultante das diversas práticas culturais construídas pelos mais variados sujeitos e que resultam na produção discursiva de diversas peças históricas, entre elas as produzidas pela esfera jurídica. É, portanto, o que pretendemos com este estudo.

Para proceder ao relato da pesquisa, dividimos este trabalho em outras quatro partes. Na primeira, fazemos uma discussão sobre o conceito de tradição discursiva, relativamente novo e ainda pouco explorado em pesquisas brasileiras; na

segunda, dialogamos com a História Social e assim tecemos considerações sobre a importância do contexto histórico e social em que os textos sob análise foram engendrados, a fim de compreender a estrutura do processo-crime a partir da dinâmica processual; na terceira, com base em alguns exemplares do *corpus*, analisamos a peça inaugural dos processos criminais que compõem o *corpus* da pesquisa. Por fim, retomamos alguns pontos-chave ao apresentarmos nossas considerações finais.

O MODELO DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS

A concepção que norteia a proposta deste estudo é a de tradição discursiva (TD), utilizada na descrição histórica das línguas. Para os romanistas alemães, os gêneros textuais são tradições discursivas². Segundo Kabatek (2003, p. 3), tradições discursivas são “tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, modos tradicionais de dizer ou de escrever”³. Trata-se, pois, de “textos que estabelecem uma relação de tradição com outros textos”, repetindo formas textuais numa escala contínua que vai desde uma “determinada denominação textual ou uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado [...] a uma completa fixidez do texto” (KABATEK, 2004, on-line). Assim, segundo o autor, tanto o conto de fadas (determinado gênero discursivo) quanto *Era uma vez* (determinada fórmula de introdução) são tradições discursivas.

2 O termo tradição discursiva (*Diskurstradition*) foi proposto por Peter Koch, em 1997, “para dar uma expressão conceitual à fundamentação teórica dos gêneros textuais”. Posteriormente esse conceito foi adotado por Wulf Oesterreicher e Johannes Kabatek, entre outros romanistas alemães (cf. ASCHENBERG, 2002).

3 No original: “tradiciones textuales contenidas en el acervo de la memoria cultural de su comunidad, maneras tradicionales de decir o de escribir”.

Para os romanistas alemães, tradições discursivas dizem respeito, então, ao fato de um usuário de uma língua, diante de uma finalidade comunicativa, produzir seu discurso em conformidade com o já dito na sociedade, isto é, modelando-se por “tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, nas maneiras tradicionais de dizer ou de escrever” (KABATEK, 2003, p. 3), ou como o autor mesmo diz mais adiante, reproduzindo-se suas próprias palavras, “falar não é somente dizer algo a alguém sobre as coisas de acordo com as regras de uma língua (seu sistema e norma), mas costuma ser, além disso, a realização de uma determinada tradição textual” (p. 4).

É importante frisar que a noção de tradição discursiva vai além dos limites do gênero. Segundo Kabatek (2005b), estamos diante de uma tradição discursiva quando, por exemplo, dizemos *Bom dia!* ao cumprimentar uma pessoa pela manhã. Essa saudação corresponde a uma forma discursiva já historicamente construída em nossa comunidade linguística, presente no acervo dos textos construídos e, portanto, é uma tradição discursiva. O mesmo ocorre com a forma já cristalizada *Era uma vez*, um modo de dizer que se repete, dentro do gênero conto de fadas. Dessa forma, o conceito de tradição discursiva possibilita analisar porções textuais menores que são comportadas pelos gêneros e que os caracterizam. Assim, sabemos tratar-se de um conto de fadas porque, entre outros fatores, encontramos justamente a repetição dessa fórmula típica que marca o início da narrativa. A noção de gênero textual não é suficiente para cobrir a análise de porções textuais menores.

Por outro lado, tradição discursiva, em seu sentido amplo, também pode ser entendido como gênero, pois o conto de fadas é um enunciado complexo que faz parte do acervo da memória cultural de uma comunidade.

O que Kabatek pretende deixar claro é que uma tradição discursiva pode ser tanto um modo de dizer já convencionalizado (e, portanto, tradicional, no sentido daquilo que se transmite), como os dois exemplos acima, quanto uma forma textual em sua totalidade. Recorrendo agora às palavras do romanista alemão: “não se trata de um sinônimo de ‘tipo textual’, ‘gênero’ etc., mas de um conceito mais amplo que inclui todo tipo de tradições do falar identificáveis, também subgêneros ou tradições dentro do mesmo gênero” (2005c, p. 32). Nesse sentido podemos dizer que “Bom dia” e “Era uma vez” são tradições discursivas, mas não são gêneros do discurso. Ou, mais uma vez, nas palavras de Kabatek (2005b, p. 156): “os gêneros são tradições de falar, tradições discursivas, mas nem todas as tradições de falar são gêneros”⁴.

Dentro dessa concepção, os estudos sempre consideram o contexto social e histórico ao descrever os propósitos e as características formais e linguísticas dos textos, entendidos como práticas discursivas que se repetem continuamente até se fixarem plenamente, a ponto de serem identificados como tais na comunidade em que circulam, isto é, como tradições discursivas. Por esse motivo, as contribuições da História Social são extremamente relevantes para compreender melhor o contexto em que os gêneros são engendrados.

4 No original: “los géneros son tradiciones de hablar, tradiciones discursivas, pero no todas las tradiciones de hablar son géneros”.

Para ilustrar, essa imbricação entre mudanças na sociedade e mudanças nas TD, Kabatek (2003, 2005b) cita as tradições jurídicas adotadas em um contexto de transformações políticas na história do espanhol; paralelamente podemos citar o fato de a Família Real portuguesa ter-se mudado para o Brasil, o que possibilitou o desenvolvimento da imprensa brasileira e conseqüentemente a adoção de tradições discursivas já estabelecidas no periodismo europeu.

Ainda que “fortemente fixadas, sobretudo em âmbitos religiosos ou em instituições sociais com alto grau de conservação”, como afirma Kabatek (2006, p.161), as tradições discursivas não deixam de manifestar traços de inovação e mudança, resultantes das transformações pelas quais passa a sociedade. Tais transformações, entendidas por Zavam (2009) como manifestações da reelaboração, isto é, o processo auto e hetero constitutivo dos gêneros, explicariam não só as mudanças com o próprio surgimento dos gêneros.

A razão pela qual optamos pelo termo tradições discursivas diz respeito a uma necessidade de focalizar como as sociedades se constituíram por meio dos textos que circulavam nos diversos entornos sociais, ou como as esferas de comunicação, neste caso a judiciária, interagem através de textos.

É reconhecida, portanto, a contribuição que o conceito de TD empresta a esta nossa investigação e mais ainda aos estudos diacrônicos dos gêneros, ao resgatar o valor da Linguística Histórica, associando-a aos estudos das TD. Pretendemos, com esse posicionamento, reconhecer o fato de o termo tradição discursiva chamar a atenção para a historicidade dos gêneros, aspecto que queremos ressaltar em nosso estudo.

PROCESSOS-CRIMES, HISTÓRIA SOCIAL E OS CONTEXTOS DOCUMENTAIS

Pensar na historicidade de um texto é percebê-lo sob a premissa de sua construção social. É observar que ele faz parte de um contexto socio-histórico e é um produto fabricado por seres humanos que pensavam de uma forma, definiam valores culturais e exprimiam por palavras seus pensamentos, opiniões e sobre si e acerca do outro. Homens e mulheres inseridos em um lugar social de escritura, determinado por quem escreve, para que(m) escreve, o porquê escreve e como escreve, acabam por revelar um importante campo de ver o texto não apenas como um amontoado de palavras, mas como documento/testemunho social.

A partir dessa concepção de texto como testemunho, podemos refletir sobre a tradição discursiva presente em cada componente textual como uma possibilidade de se aproximar também das estruturas sociais existentes, com ênfase no vivido e na experiência, que classicamente definiam o campo da história social.

Tal posicionamento resulta, portanto, da aproximação entre a história social e a compreensão dos textos, da percepção do conflito e da dinâmica histórica presente nos diversos gêneros do discurso, das referidas formas de relações de poder entre as pessoas, produzidas em nível do simbólico e refletidas em cada componente textual, o qual, por sua vez, é constituído a partir da intervenção de atores sociais como sujeitos históricos. Esses sujeitos devem ser vistos aqui, conforme Castro (1997), como produções/criações de práticas discursivas (ou

simbólicas) concorrentes e não apenas como produtos sociais efetivos da experiência histórica.

Ao tentarmos compreender a construção dos textos e contextualizar culturalmente os acontecimentos sociais que lhes são inerentes, não perdemos de vista a necessidade de não olharmos para o passado com as lentes sociais do tempo em que vivemos, mas de buscar compreender as construções textuais considerando os valores e as crenças da época em que tais textos circularam.

Nesse sentido, é importante, ao analisarmos o gênero peça inaugural do processo-crime, estarmos conscientes de que temos que dar conta do que é efetivamente considerado crime para a época e quem são os envolvidos na construção desses discursos. Em diferentes sociedades, contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal pode se dar de forma distinta no âmbito do poder judiciário, com estruturas textuais que mudam no decorrer do tempo.

A compreensão de que, entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil passava por inúmeras transformações, movidas pela abolição da escravatura, pela proclamação da República e pela implantação do trabalho livre e assalariado e a de que essas transformações contribuíam para mudanças nas estruturas sociais, culturais e políticas nos fizeram olhar para nosso material de análise considerando a estreita relação entre história da língua e história dos textos. A modernidade decorrente de tais transformações levava os centros urbanos a se espelhar nos modelos europeus. Como reflexo dessas tentativas de alinhamento, vimos surgir um processo de disciplinarização que visava um reajustamento social e moral, e, con-

sequentemente, os discursos em torno da moral e dos bons costumes se tornaram bastante frequentes no dia a dia das cidades (GOMES, 2013). Dentro desse cenário, fica mais fácil entender o porquê da recorrência de ações acusatórias contra indivíduos que praticavam o jogo do bicho, motivo das queixas e denúncias analisadas. Esta e outras práticas corriqueiras e difundidas nas cidades passaram a ser tratadas como transgressoras por não se coadunarem com a pretendida civilização e o desejado progresso, traços da modernidade. Fazia-se, pois, necessário disciplinar a sociedade.

Sob esse ângulo, não é por acaso que um número significativo de processos criminais datados dessa época tenha como objetivo o combate a condutas transgressoras, entre elas, os jogos de azar. A evocação e a repetição da ação social (repressão a condutas transgressoras em nome da civilidade a ser alcançada) justificam os modelos textuais, isto é, os modos prototípicos ou formulaicos de dizer (tradições discursivas), encontrados nas peças inaugurais analisadas.

O direito penal de uma época define crimes e padrões de comportamento. Para eles são conferidos as penas ou os castigos. O mesmo direito que confere as regras sobre o modo como um delito é investigado, é o que estabelece “as formas de comprovação de verdade (provas, testemunhos etc.) e os critérios de tomada de decisões judiciais” (GRINBERG, 2009). É, nesse sentido, portanto, que apresentamos as regras de andamento dos processos criminais, para que possamos compreender os diversos atores presentes no texto e entender sua própria construção.

Partindo, então, das contribuições de Grinberg (2009), interpretamos, de maneira geral, como se constitui um pro-

cesso-crime, com o objetivo de termos a dimensão de como é estruturado esse gênero. O que motiva a criação desse texto é a queixa ou denúncia de um crime. Nesse momento, é estabelecido o início do sumário de culpa.

Ainda segundo Grinberg (2009), antes do sumário de culpa, institui-se um inquérito policial, para provar a existência do crime. Após ser investigado o delito, a denúncia é realizada pelos agentes do processo, inspetores de quartelão, promotores, delegados ou subdelegados de polícia, ou pela própria vítima, segundo o que estipula a legislação da época.

Com base no ocorrido, procede-se à feitura do *auto de corpo de delito*, atribuindo qualidades aos acusado e as partes envolvidas, bem como recebendo, por meio dos interrogatórios, as informações das testemunhas arroladas no processo. O sumário é tido como conclusivo quando cumpre essas fases iniciais e a autoridade responsável (juiz de paz, delegado ou subdelegado de polícia) conclui que as denúncias procedem e bastam para que a opinião sobre o desvio do acusado seja emitida. Caso não exista, ou caso o juiz não esteja satisfeito com as acusações, o processo é finalizado (GRINBERG, 2009).

No caso em que a acusação seja recebida, inicia-se a segunda parte do processo, o julgamento. Nela, o criminado é pronunciado com base no crime previsto na legislação e seu nome passa a compor o rol de culpados. Com fundamento, o processo segue seu trâmite normal: o crime acusatório é redigido pelo promotor público, há a contrariedade do libelo, crime acusatório feito pelo advogado defensor do réu, e, por fim, a emissão de um novo parecer do juiz de direito. Achando os argumentos válidos no processo por ambas as partes, o juiz

encaminha os autos para a reunião seguinte do júri, composto por pessoas do lugar. Caso contrário, é pedido o aprofundamento de provas, ou ainda o advogado ou promotor podem inserir recursos fazendo novas petições. O processo é concluído com a emissão da sentença (GRINBERG, 2009).

A PEÇA INAUGURAL DE PROCESSOS CRIMINAIS DO SÉCULO XX

Selecionamos, no Arquivo Público do Ceará (APEC), 6 (seis) processos-crimes, todos da 1ª metade do século XX (fase 1, seguindo a divisão geracional de 30 anos), assim distribuídos: 1, do ano de 1917; 1 do ano de 1928; 1, de 1930; 3, de 1931. A quantidade por ano se deu em função do número de processos disponíveis no APEC.

Por se tratar de textos muito longos, com no mínimo 50 laudas, decidimos, para esta pesquisa, não analisar o processo-crime em seu todo, mas, sim, focalizar a sua peça inaugural, isto é, a parte introdutória em que uma denúncia ou queixa é apresentada a um Juiz de Direito, a qual conta, no mínimo, com 02 laudas.

Os processos selecionados partem tanto de uma queixa-crime, isto é, aquela que é apresentada por qualquer cidadão, ou por seu representante legal, e se caracteriza por seu caráter privado, quanto de uma denúncia, cuja iniciativa cabe tão somente a um promotor de justiça e por esse motivo assume caráter público.

Os documentos foram primeiramente fotografados em câmera digital e posteriormente transcritos, preservando-lhes a grafia original, bem como o sistema de pontuação e as no-

tações encontradas no texto original. A transcrição é semidiplomática, aquela que se caracteriza pelo baixo grau de intervenção do editor, sendo, por isso, destinada a um público mais restrito e especializado, entre os quais linguistas, historiadores, antropólogos (CAMBRAIA, 2005, p. 95).

Com base na proposta teórico-metodológica de Zavam (2009), procedemos à análise em duas instâncias: contexto e texto. Ainda que reconheçamos que contexto e texto sejam elementos constitutivos e, portanto, inexoráveis e indissociáveis de todo projeto de dizer, fazemos essa separação apenas por motivos didáticos, operacionais para a análise. No entanto, dependendo do foco que estivermos dando à análise, esses elementos poderão figurar simultaneamente.

Quanto à primeira instância – contexto, no que diz respeito ao propósito comunicativo, primeira categoria da análise, podemos dizer que a peça inaugural do processo criminal cumpre a função precípua de apresentar o delito e seu suposto agente causador a fim de que seja dado início à ação penal. Este propósito é identificado logo no início do texto, parte em que o autor faz uma introdução ao fato que em seguida será narrado (ato delituoso) e reafirmado ao longo do texto, como podemos constatar com o exemplo a seguir.

Exemplo 1:

Pelo facto delictuoso que em seguida se expõe, o 2º Promotor de Justiça nesta Comarca vem perante *Vossa. Senhoria*. denunciar a JOSÉ BRAGA DA SILVA, cearense, maior, casado, cambista de bicho, alfabetizado, residente em Porangaba, preso em flagrante, mas afeiçoado. (Processo de 1931. I).

Pelo trecho destacado, também podemos identificar os interlocutores, seu lugar e papel social – segunda categoria da análise. Nesse tipo de processo-crime, a denúncia é apresentada por um representante da lei (2º Promotor de Justiça) e dirigida a uma autoridade do poder judiciário (Juiz de Direito), referenciado no texto por Vossa Senhoria. Trata-se, como já sabemos, de um gênero que circula na esfera jurídica.

Chama-nos atenção o fato de o pronome de tratamento empregado ser V.Sa., e não V.Exa. (Vossa Excelência), como vemos empregado em textos dessa natureza mais atuais. O pronome de tratamento V.Sa., empregado para autoridades de um modo geral, nesses textos também é empregado para uma autoridade em particular: Juiz de Direito. Esse dado, também atestado nos outros exemplares do *corpus*, sinaliza para uma variação no uso do pronome V.Exa., ou uma possível mudança que tenha se operado na forma de dirigir-se aos magistrados.

Voltando-nos para a segunda instância – texto, ao considerarmos a estrutura composicional (organização retórica), terceira categoria da análise, pelo que pudemos comprovar, uma peça inaugural apresenta os seguintes movimentos:

i) qualificar o acusado (e a vítima, em caso de queixa-crime), isto é, fazer referência a qualidades pelas quais o denunciado (ou querelado) possa ser identificado, como nome, sobrenome, idade, filiação etc. ou diante da impossibilidade da indicação desses dados, o fornecimento de traços físicos:

Exemplo 2:

[...] cearense, maior, comerciante, casado, alfabetizado, residente nesta Capital. (Processo de 1931.II).

ii) relatar os fatos que, em tese, configuram o ato ilícito:

Exemplo 3:

[...] No dia 28 de novembro ultimo, cerca das 14 horas, na casa de bilhares, á Rua das Flores, o indiciado Enéas da Silva Medeiros foi encontrado vendendo o jogo do bicho a Manuel Felipe. (Processo de 1931.III).

iii) indicar as provas em que se fundamenta a pretensão punitiva:

Exemplo 4:

[...] Presos ambos em flagrante, apprehenderam-se em poder do primeiro duas cadernetas do mencionado jogo, alem da quantia de 42\$200, conforme se vê do auto de *folhas*. 7. Ambos commeteram assim a contravenção de jogo prohibido, o primeiro – por explorar loteria não autorizada em Lei, e o segundo – por intervir nella; e incidiram na sancção do *artigo*. 31, § 4: o primeiro no nº I, letra a, e o segundo – no nº II, letra a, da Lei 2.321, de 30 de dezembro de 1910. (Processo de 1931.III).

iv) apontar os motivos pelos quais se espera que a lei penal seja aplicada ao presumido autor do delicto:

Exemplo 5:

[...] E contra os réus, que deste modo incorreram no *artigo*. 31, § 4, da Lei referida, ora se promove a necessaria acção punitiva, para que se confirme em juizo a existência dos delictos e a culpa dos indiciados, e para que – de accordo com a Lei 2707, de 16 de setembro de 1929, *artigo*. 6, nº III, e *artigo*. 7, nº

II – sejam eles condenados pelo juiz de direito dessa Vara ao grau de pena em que foram achados segundo circunstancias que se apurarem na formação da [I.1 verso] culpa, preparado o processo por esse juizo municipal. (Processo de 1931.III).

v) exigir a aplicação da lei com base nos citados nos dispositivos legais:

Exemplo 6:

[...] Pede-se, portanto, que – citados os réus – contra os mesmos de (sic) instaure o devido processo summario e publico, de accordo com a Lei 2771, de 20 de novembro de 1929, artigo. 1, letraa, artigos. 2 e 3, §§ 1 a 14, e artigos. 7 e 19, § único. (Processo de 1931.III).

vi) indicar testemunhas:

Exemplo 7:

[...] e que se ouçam a respeito do facto as testemunhas seguintes, cujas residencias constam do inquerito junto.

TESTEMUNHAS:

- 1) Amazonino Rocha;
- 2) Francisco Vieira;
- 3) Francisco das Chagas Moreira. (Processo 1931.II).

Além desses movimentos, é feito ainda, na abertura do texto, um breve resumo, com margem recuada, em que se adianta o teor da denúncia:

Exemplo 8:

Pelo facto delictuoso que em seguida se expõe, o 2º Promotor de Justiça nesta Comarca vem perante *Vossa.Senhoria*. denunciar a ENÉAS DA SILVA MEDEIROS, alagoano, auxiliar do commercio e a MANUEL FELIPPE, cearense, garçon, ambos maiores, solteiros, alfabetizados, residentes nesta Capital, presos em flagrante, mas afaçado o primeiro e solto sem fiança o segundo. (Processo 1931. III).

Em relação à quarta categoria de análise – conteúdo, constatamos que o tópico discursivo desse gênero gira em torno de fatos que transgridem a lei, a ordem e a moral da sociedade, como vemos nos exemplos seguintes.

Exemplo 9:

[...] No dia 3 de dezembro ultimo, cerca das 14 horas, á Rua Barão do Rio Branco 157, os indiciados Mario Pereira Magalhães e Edson Carvalho foram surpreendidos quando encerravam naquelle dia o seu jogo do bicho. Presos ambos em flagrante, em poder de Edson foram apprehendidas três poules do mencionado jogo, conforme se vê do auto de *folhas*. 8.

Commetteram elles assim a contravenção de jogo prohibido, por agenciar a exploração de loteria não autorizada em lei, e incidiram ambos no *artigo*. 31. §4, nº I, letras a, da Lei 2.321, de 30 de dezembro de 1910. (Processo 1930).

Exemplo 10:

[...] O malogrado tenente foi atingido por uma bala na cavidade cran[ia]na, tendo morte quasi instantânea. (Processo 1928).

No que diz respeito à quinta categoria da análise – norma, analisamos algumas expressões formulaicas, tão recorrentes no discurso jurídico. Essas expressões, interpretadas à luz do paradigma das tradições discursivas, revelam-se como formas textuais que fazem parte do acervo da memória cultural de uma comunidade, isto é, modos tradicionais de dizer ou escrever. São justamente essas expressões, essas tradições discursivas, que nos permitem reconhecer um gênero, um subgênero ou mesmo uma unidade retórica de um texto/gênero. Em relação à abertura da peça acusatória inicial do processo-crime, identificamos a seguinte estrutura formulaica, presente em todos os 06 textos analisados:

Exemplo 11:

Pelo facto delictuoso que em seguida se expõe, o [cargo de representante do judiciário que faz a denúncia] vem perante *Vossa.Senhoria*. denunciar a [nome do denunciado/querelado]. (Processo 1917).

Essa estrutura linguístico-discursiva prototípica compõe a abertura das 06 peças acusatórias que analisamos. É justamente por ser evocada e repetida a cada ação que requeira a constituição de uma peça acusatória que a tomamos como tradição discursiva.

Já na unidade retórica de encerramento da peça, o modo tradicional de enunciar é o que se vê a seguir.

Exemplo12:

[...] e que se ouçam a respeito do facto as testemunhas seguintes, cujas residencias constam do inquerito junto. (Processo 1917).

Da mesma forma que a estrutura de abertura, esta também está presente em todas as peças iniciais que analisamos e, pelos mesmos motivos, também a tomamos como tradição discursiva.

Ainda em relação à norma, devemos mencionar o emprego da norma culta da língua escrita, já esperada para esse tipo de prática discursiva. A esfera a que pertence e o papel que desempenha o autor da denúncia, no caso um promotor de justiça, condicionam a variedade linguística empregada. Essa obediência à norma pode ser constatada, por exemplo, no emprego da concordância verbal e nominal.

Exemplo13:

[...] E contra os réus, que deste modo incorreram no artigo. 31, §4, da referida Lei, ora se promove a necessaria acção punitiva, para que se confirme em juizo a existencia dos delictos e a culpa dos indiciados, e para que – de accordo com a Lei 2707, de 16 de setembro de 1929, artigo. 6, nº III, e artigo. 7, nº II – sejam elles condemnados pelo juiz de direito dessa Vara ao grau de pena em que forem achados segundo as circums-

tancias que se apurarem na formação da culpa, preparado o processo por esse juízo Municipal. (Processo 1930).

Por se tratar de um gênero que recorre ao relato de um fato ocorrido, é esperada maior ocorrência de tempos verbais que atendam a esse propósito, notadamente os tempos do pretérito.

Voltando, então, nosso olhar investigativo para a distribuição dos tempos verbais nos textos analisados, constatamos um padrão:

i) na segunda unidade retórica – relatar os fatos – é empregada, de modo mais recorrente, a voz passiva analítica (por exemplo, *foi encontrado vendendo o jogo do bicho*) e o pretérito imperfeito (*vendia o jogo do bicho*, por exemplo); já na terceira unidade retórica – indicar as provas – é empregada a voz passiva sintética (por exemplo, *apreenderam-se*). Assim, um recurso da língua (voz passiva analítica vs. voz passiva sintética) estaria relacionado a determinado movimento retórico, sinalizando para uma tradição discursiva.

ii) nas quarta e quinta unidades retóricas – respectivamente, apontar os motivos para aplicação da lei e exigir a aplicação da lei – constatamos o emprego da forma perfectiva (*commetteu/incidiu; incorreu*), que destacam as informações principais e apontam para o primeiro plano – figura – enquanto as formas imperfectivas indicam as informações secundárias e revelam o segundo plano – fundo. Essa alternância nos tempos verbais contribui, como já sabemos, para a progressão do texto.

Essas constatações nos remetem a Koch (1997), que defende que os enunciados, além das regras da língua histórica, também seguem regras de modelos textuais (tradições discursivas).

Em relação à sexta categoria da análise – forma, voltamos nossa atenção para o suporte material do gênero, para a sua *configuração grafo-espacial*, pois, como lembra Debray (1995, p.101), “a escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado tem também efeitos de sentido, visual e tátil, e essas formas gráficas antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido”. Esses “arranjos formais” são, pois, “*constitutivos da própria mensagem*” (grifos do autor). Focalizamos, então, os recursos gráficos que entram na constituição do gênero peça inaugural e como estes se apresentam sobre o suporte.

O primeiro aspecto grafo-espacial que se destaca é a disposição do vocativo. O destinatário do texto (*Illmo. Sr. Dr. Juiz Municipal da 2a Vara*, por exemplo) é apresentado, invariavelmente, centralizado e na parte superior da folha (como se fosse um título). Abaixo do vocativo, vem disposto o que chamamos de síntese da ação acusatória (uma espécie de lide de uma notícia). Esse texto-síntese apresenta-se com recuo de margem. Esse recuo parece-nos cumprir a função de orientar a atenção do leitor para o teor da acusação a ser apresentada.

Há ainda outra parte do texto que se apresenta com recuo: a quarta unidade retórica – apontar os motivos pelos quais se espera que a lei penal seja aplicada ao presumido autor do delito. Este recuo, diferentemente do primeiro, funciona como um direcionamento argumentativo. O recurso gráfico sinaliza para o destinatário os dispositivos legais que foram

transgredidos. O recuo anterior somado a este dá a tônica da peça acusatória e exerce função discursiva, uma vez que serve para balizar o comportamento que é esperado daquele que julgará a ação delituosa.

Como constatamos nesse gênero, a seleção de recursos de diagramação, ou melhor, o conjunto de elementos paratextuais, no dizer de Maingueneau (2001), acionados na materialização do gênero no suporte, funciona também, como vimos, como estratégia para a construção de sentidos, agindo como fio condutor da argumentação pretendida e servindo à configuração das tradições discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os pesquisadores das tradições discursivas, também revisitamos o contexto sócio-histórico, que deixa marcas na materialidade textual, para compreender melhor os dados que levantamos. Embora tivéssemos a extrema preocupação de tentar resgatar o momento histórico dos textos para alcançar uma análise menos tendenciosa, reconhecemos, com Castro (1995), que nenhum filólogo trabalha liberto das condições de seu tempo. Essa advertência de Castro nos leva a afirmar, por outro lado, que nenhum sujeito produz um texto sem nele deixar as marcas do seu tempo. E foram justamente essas marcas, aliadas ao reconhecimento do momento histórico e social e da situação de comunicação que engendrou o processo-crime, em partilhar sua peça inicial, que nos possibilitaram saber um pouco mais sobre o surgimento e desenvolvimento desse gênero discursivo.

Como pano de fundo a constituir os processos-crimes, o contexto sócio-histórico esteve na base de toda a análise que fizemos, por isso inicialmente recorreremos a ele para melhor compreender a forma como os elementos linguísticos e discursivos analisados se atualizavam nos textos focalizados.

Além dos aspectos sócio-históricos e discursivos, outros, como os ligados à grafia e à gramática se mostraram relevantes e nos cobram uma explicação. As acentuadas diferenças gráficas (ortografia, por exemplo), assim como as de natureza gramatical (colocação pronominal, por exemplo), que são percebidas em gêneros quando tomados de uma sincronia passada, não foram contempladas, em nossa investigação, como categorias de análise, pois nosso intento maior foi estudar a tradição discursiva em si, e não propriamente a língua, ainda que o estudo desta não prescindia a consideração por aquela.

Ainda que não tenhamos pretendido focalizar um aspecto gramatical em particular, não pudemos deixar de olhar para o pronome de tratamento empregado para dirigir-se aos juízes. Sabemos ser secular a tradição que recomenda o uso do pronome Vossa Excelência (V.Exa.) para reportar-se aos magistrados, no entanto, o que constatamos foi o emprego de Vossa Senhoria (V.Sa.). Essa constatação sugere que outros estudos sejam encaminhados a fim de que se tenham mais dados para uma possível formulação acerca do uso dessas formas pronominais de tratamento e seu aspecto variacional.

Queremos mais uma vez ressaltar que a separação entre contexto e texto atendeu a objetivos meramente didáticos, pois sabemos que um está inextricavelmente associado ao outro, e esse imbricamento não deixou de ser levado em consideração durante a análise.

REFERÊNCIAS

ASCHENBERG, H. Historische Textsortenlinguistik. Beobachtungen und Gedanken. In: DRESCHER, M. **Textsorten in romanischen Sprachvergleich**. Tübingen: Stauffenburg Verlag.S., 2002. p. 153-170.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. O retorno à filologia. In: PEREIRA, P.R.D.; PEREIRA, C.C. (Org.). **Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DEBRAY, R. **Manifestos midiológicos**. São Paulo: Vozes, 1995.

GRINBERG, K. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, C.B.; LUCA, T. R. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GOMES, M. A.L. Promotores dos “bons costumes”: os jornais fortalezenses e seus discursos comportamentais no início do século XX (1910-1930). In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. **Anais...** Natal, jul. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364758560_ARQUIVO_Artigoanpuh2013.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

KABATEK, J. **Tradiciones discursivas y cambio lingüístico**. (Texto inédito apresentado no Seminário Nuevos enfoques en la lingüística histórica) Soria, Espanha, 7-11 jul. 2003. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas**. jul. 2004. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Sobre a historicidade dos textos. **Linha d'água**, n. 17, p. 159-170, abr. 2005a.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. **Lexis – Revista de Lingüística y Literatura**, v. 29, n. 2, p. 151-177, 2005b.

_____. Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. **Iberomania**, n. 62, p. 28-43, 2005c.

_____. Tradições discursivas e mudança linguística, in: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**, v.VI, Novos dados, novas análises, Tomo II, p.505-527, Salvador, BA, EDUFBA, 2006.

_____. Introducción. In: _____ (Ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas. Madrid: Iberoamericana / Frankfurt: Vervuert, 2008. p. 7-16.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B., HAYE, T., TOPHINKE, D. (Hrsg.). **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79. (Tradições discursivas: de seu *status* linguístico teórico e de sua dinâmica. Tradução de Alessandra Castilho da Costa).

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de C. de Souza e D. Rochas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornais. 2009. 420f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.